

Ata Reunião CAEN nº 24 - 27/08/2020

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de 2020, 1 reuniram-se, via ferramenta on-line Google Meet, os membros do Comitê Assessor de 2 3 Ensino (CAEN): Astor e Marielle - JA, Bruno e Marcia - FW, Eliana e João Flávio - SVS, Cléber - PB, Michel Michelon - UG, Caroline - SB, Elisandra e Patrícia - AL, Cleonice e 4 5 Silvia - JC. Analice e Raquel - SR. Márcia e Beatris - SA e Jéssica e Mariélli - SAN. iunto da equipe de gestão da PROEN: Édison - Pró-Reitor, Joze - Dir. de Ensino (até 6 7 17 de agosto), Janete - Dir. de Ensino (a partir de 17 de agosto), Neila - Dir. de 8 Graduação, Daniela - Dir. de EaD, Deisi - Coord. Registros e Diplomas, Hermes - Dir. 9 de Assistência Estudantil, Nadia - Coord. Assessoria Pedagógica, e Fernanda Ziegler -Secretária Executiva, e junto dos representantes dos SAPs: Rejane Zanini - JC, Tania 10 Lamberte - SB, Lidiane Druzian - SVS, Sandra Balbinot - SR, Itagiane Jost - SVS, 11 12 Cristina - JA, Leila Pinho - AL, Roberto - PB, Saulo Pasa - SA, Daiana Margues - AL, e Carmen Smaniotto - SAN, para tratar da seguinte pauta: a) retomada dos 13 encaminhamentos sobre avaliações, exames e frequência; b) III Encontro EJA/EPT; c) 14 metodologia para discussão sobre o Calendário Acadêmico 2020/II; d) solicitação 15 SAPs; e e) assuntos gerais. Édison iniciou a reunião referenciando a participação dos 16 17 Setores de Apoio Pedagógico (SAPs) dos campi para tratar de assuntos específicos demandados por esses, bem como para discutir acerca dos exames, da frequência e 18 19 do início do planejamento para o segundo semestre letivo, lembrando que a 20 possibilidade mais viável é a manutenção do ensino remoto. Além disso, mencionou as 21 demais temáticas a serem tratadas na reunião: evento do Proeja e definições do Codir sobre o Programa Alunos Conectados. Antes da dar prosseguimento às discussões, 22 23 Édison informou o grupo sobre a permuta da servidora Joze para a UFSM, deixando, 24 assim, a gestão no IFFar. Assumem, dessa forma, a servidora Janete, como Diretora 25 de Ensino, e a servidora Neila, como Diretora de Graduação, até o final desta gestão, pelo menos. Édison agradeceu o trabalho e a parceria de Joze neste período. 26 Agradeceu também o aceite de Janete e Neila por assumirem esses cargos, 27 28 especialmente no processo de revisão das diretrizes dos cursos de graduação. Joze, 29 Janete e Neila falaram brevemente, enfatizando suas trajetórias no ensino do IFFar e agradecendo o apoio do grupo. Analice também fez um agradecimento ao trabalho de 30 31 Joze. A seguir, os SAPs se apresentaram e, de imediato, passou-se à pauta prevista. 32 Acerca da retomada dos encaminhamentos sobre avaliações, exames e frequência, 33 Édison relembrou a pauta já discutida na última reunião e os encaminhamentos feitos por meio das minutas dos seguintes documentos: "Parecer - Orientações sobre 34 35 frequência e condições para aprovação no ensino remoto" e "Parecer - Normas para 36 Exames", enviados ao CAEN, nesta manhã, via WhatsApp. Édison ratificou a questão da frequência em analogia aos estudos domiciliares. Nesse sentido, a partir das 37 38 especificidades dos campi acerca do assunto, entende que é necessário discutir e dar encaminhamento. Sobre o documento a respeito das frequências, Neila explicou que a 39 40 Assessoria Pedagógica da PROEN se baseou no documento usado na Formação IFFar, especialmente em termos pedagógicos, não procedimentais. No ensino 41 42 presencial, a frequência é condição para a aprovação. Por outro lado, no ensino remoto, considerando a base legal da LDB e do ensino a distância, a freguência não é 43 44 condição para a aprovação. O que conta, nesse formato, é o aproveitamento, considerando tanto as atividades síncronas quanto assíncronas. É preciso levar em 45 consideração, por exemplo, que nem todos os estudantes têm a mesma condição de 46



47

48

49

50

51

52

53 54

55 56

57

58 59

60

61

62 63

64 65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82 83

84

85

86

87

88 89

90

91 92

93

94

acesso às atividades síncronas, em tempo real, para verificar a presença. Salientou a necessidade de acompanhamento da realização das atividades, mas focando na questão do rendimento, não da presença. Embora a EaD não seja a mesma modalidade que o ensino remoto, algumas questões se mostram similares. Em termos procedimentais, como os estudantes estão matriculados no SIGAA como ensino presencial, solicita-se que a frequência seja preenchida. Algumas questões específicas relativas à preocupação dos professores sobre as ações dos estudantes no período que, em tese, estariam em aula, podem ser respaldadas pelas Portarias e Resoluções do ensino remoto na Instituição. Édison entende que a minuta do Parecer é conclusiva, sugerindo apenas a inclusão de informação referente ao prazo de duração do ensino remoto, nos moldes supracitados, visto que, mesmo com o retorno do ensino presencial, adequações serão necessárias para o desenvolvimento das atividades. O Parecer foi posto para discussão e votação. Jéssica de SAN apresentou dúvida em relação aos estudantes que não deram nenhum retorno, nos cursos semestrais, se terão direito a realizar o exame. Sugeriu de incluir texto específico no Parecer acerca da temática. Édison expôs que os regramentos de avaliação exigem a nota mínima de 1,7 durante o semestre e assevera que não é o momento de alterar esse regulamento. Assim, para alunos que não atingirem o mínimo de 1,7, entende-se que não teve aproveitamento ao longo do semestre, exceto os casos de estudantes sem condições de acesso. Todos entenderam e concordaram. Tânia perguntou se esgotadas todas as possibilidades de dar acesso, se há necessidade de encaminhamento da ficha FICAI para estudantes menores. Édison concordou, lembrando de indicar que os estudantes não realizaram as atividades, sem informar que foram infrequentes. João Flávio reiterou o foco da permanência e do êxito dos estudantes. Nadia lembrou, conforme exposto via chat, a possibilidade de trancamento para estudantes de cursos semestrais. Édison entende que já existe a regulamentação, mas precisa ser mais divulgada. Itagiane aproveitou a oportunidade para salientar a importância do trabalho conjunto dos SAPs propiciado, principalmente, nesse período de atividades remotos. Questionou se haverá um encaminhamento padrão para os casos de estudantes dos cursos integrados que não estão acompanhando as atividades remotas nesse semestre, mesmo com todas as oportunidades e atendimentos prestados. Perguntou também se terá amparo aos SAPs, pelos contatos feitos com os estudantes, na tentativa de incentivá-los e mantê-los na instituição, embora muitos não tenham dado retorno. Édison acredita que são casos bem pontuais e, conforme exposto por Tânia de SB, uma possibilidade é a notificação via Conselho Tutelar, após as várias tentativas realizadas. Entende que, dependendo dos casos, a regra seja finalizar o semestre, não ficar pendência para o segundo semestre. Uma oportunidade de se discutir isso nos campi é no Conselho de Classe Intermediário, para encaminhamento de forma colegiada. A CGE, de SA, questionou, via chat, o que fazer com professor que insiste em querer dar nota pela presença na aula síncrona. Édison reiterou que a definição cabe à autonomia didática do professor, mas, enquanto gestão, é preciso alertar que, talvez, alguns alunos não tenham possibilidade de participar das aulas síncronas e, então, é preciso verificar com o professor formas diferentes de oportunizar a realização das avaliações. Neila entende que tudo o que for realizado de forma síncrona deve ser oportunizado de forma assíncrona também. Pedagogicamente, não há como penalizar o estudante que não consegue o acesso. Além disso, sugeriu que a participação, o empenho do estudante, pode ser um critério qualitativo para análise final da aprovação. Édison sugeriu de incluir, no texto do parecer, essa questão de dar oportunidade de



95 forma síncrona e assíncrona. Cléia acrescentou, especialmente do público do Proeja, 96 que muitos estudantes, mesmo com acesso, não têm consequido acompanhar as 97 atividades propostas. Raquel, de SR, em relação à frequência e à realização de 98 avaliações e exames, expôs entendimento do *campus*, conforme já haviam dialogado 99 na reunião anterior do CAEN. Contudo, sabe que muitos professores, principalmente 100 dos cursos subsequentes e de graduação, irão agendar dia e hora para a realização 101 das provas supracitadas de forma síncrona. Por isso, questionou como poderá ser feito 102 o encaminhamento para os estudantes que não puderam realizar o exame de forma 103 síncrona. Édison entende que o estudante poderá entrar com recurso e a Instituição 104 precisará ofertar a possibilidade do exame. Édison sugere de dar um período de tempo 105 maior para a realização do exame, não apenas com data e hora marcada. Marielle 106 apresentou o fluxo de acompanhamento dos estudantes. Quando o estudante não 107 realiza atividade, o professor contata o estudante e, caso não obtenha retorno, contata 108 a coordenação de curso e, consequentemente, SAP, CAE, CAI, NPI, CGE e DE, se necessário. Enfatizou que o contato direto do professor com o estudante é primordial, 109 bem como o registro das tentativas. Cristina, de JA, acrescentou que os estudantes são 110 111 da Instituição e, com isso, a responsabilidade do acompanhamento é de todos. Ressaltou a importância da construção de uma rede de apoio e assessoramento, 112 113 justificando a criação do fluxo apresentado por Marielle, que irá compartilhar com o grupo, posteriormente. Michel, de UG, expôs que um fluxo semelhante tem sido 114 115 conduzido no campus. Perguntou, a respeito das diversas tentativas feitas para 116 permanência dos estudantes, que momento seria mais adequado desistir de contatar. 117 Também questionou sobre justificativas para não realização das atividades, visto que 118 atestados são apresentados com datas do último dia do prazo para realização das 119 atividades assíncronas. Sobre a primeira questão, Édison disse que vale a orientação 120 de encaminhamento ao Conselho Tutelar, através da FICAI. A respeito dos atestados, 121 o prazo para entrega é de até cinco dias, conforme aprovado na última reunião do 122 CONSUP. Se for entregue dentro do prazo, mesmo que no último dia, a Instituição precisa aceitar. Nesses casos, sugeriu de dar prazo de mais um dia para a entrega dos 123 124 trabalhos previstos. Para encaminhamento da pauta principal, Édison questionou se a 125 orientação exposta na minuta do parecer é o registro da presença para todos os 126 estudantes. Neila confirmou, visto que o sistema exige o preenchimento dessa 127 informação. Expôs que a única forma disso não ser necessário seria a troca de módulo. 128 o que ficaria inviável considerando o grande número de alunos de toda a Instituição. A 129 alternativa encontrada é o registro da presença para todos, assim os estudantes não 130 reprovam por falta. Diante disso, alguns professores relataram receio de como registrar presença no período de atividades não presenciais. Nesse sentido, Neila reiterou que, 131 132 dentro das funcionalidades do sistema, a única possibilidade seria o registro da 133 frequência, com o respaldo do Calendário Acadêmico, aprovado pelo CONSUP, e do 134 Parecer ora apresentado, com embasamento para o ensino remoto. Edison refez seu questionamento, visto que se referia, especialmente, para os casos de estudantes que 135 não realizaram as atividades, se não seria o caso de registrar ausência. Lembrou que, 136 137 no início das atividades remotas, orientou-se que os docentes utilizassem o sistema de 138 frequência (presença) para fins de acompanhamento da realização das atividades pelos alunos. Assim, caso o estudante não tenha realizado nenhuma atividade, ou seja, 139 140 está com a nota zerada, Édison não vê motivos para o professor registrar presença. 141 Neila sugeriu de acrescentar no texto do Parecer, para os casos de estudantes que não 142 frequentaram e, consequentemente, não atingiram o mínimo de 1,7 no semestre, o



143

144

145

146 147

148

149

150

151

152

153

154

155 156

157

158

159 160

161

162

163

164

165 166

167

168

169

170

171

172

173

174175

176

177

178 179

180

181

182

183

184 185

186

187

188

189

190

registro de falta. Analice entende que não é o caso apenas de estudantes que não atingiram 1,7. Poderiam ser incluídos os estudantes que frequentaram, mas não atingiram nota 5 por não terem entregue todas as atividades. Neila pontuou que o critério soberano para aprovação é o rendimento. Sendo assim, no caso exemplificado por Analice, o estudante não poderia reprovar por frequência. Analice concordou, mas acredita que nada impede o professor de atribuir falta em atividade não entregue pelo estudante. Sendo assim, retorna-se ao ponto inicial, pois, conforme dito por Neila, o registro é diferente no ensino presencial. Édison acrescentou que, mesmo que o professor registre as faltas em atividades não realizadas, caso elas ultrapassem os 25%, ele terá que retirar o registro, visto que no atual contexto o aluno não deve ser reprovado por infrequência. Neila concordou, pois se ultrapassar os 25%, o sistema reprovaria automaticamente. O que deve ser considerado, no momento, é a nota. Assim, se faz necessário acrescentar no Parecer que a frequência deve ser contabilizada integralmente para os estudantes que obtiverem no mínimo 1.7 antes do exame, ou seja, só pode ser registrada falta para os estudantes que não atingiram, ao longo do período letivo, no mínimo 1,7. Édison concordou. Neila explicou, a partir de colocação de Jéssica via chat, que o registro da frequência, para todos, é uma formalidade que o sistema exige. Contudo, para que uma reprovação por nota seja bem regulamentada, o professor irá registrar as faltas, as quais irão reforçar e justificar todo o acompanhamento e contato feito com o aluno ao longo do período letivo. Jéssica se preocupa com entendimento dos docentes acerca da proporcionalidade da carga horária desenvolvida de forma síncrona e assíncrona em relação à frequência dos estudantes. Neila entende que são enfoques diferentes. Explicou que, para a elaboração do Parecer, partiu-se do pressuposto que não existe a frequência, no ensino remoto, como critério de aprovação. O registro no SIGAA se faz necessário apenas como uma formalidade para o sistema não travar. Se o exposto por Jéssica for acatado, ou seja, se a frequência for levada em consideração para a aprovação, desde que as atividades forem realizadas, o texto do Parecer precisa ser alterado. Édison entende que o ensino remoto não tem falta, nem presença, apenas aproveitamento. Apenas reforcou a observação feita nas situações em que o estudante não realizou as atividades, o professor registrou ausência e, com o novo Parecer, teria que registrar presença. Incluído isso no texto, o Parecer, na sua avaliação, está completo. Roberto Basílio concorda com a atual redação do Parecer, apenas salientou a necessidade de deixar expressa a realização de atividades assíncronas para os estudantes que não puderam participar dos momentos síncronos, com prazo pré definido. Esse prazo poderia ser definido entre os professores para não ter desigualdade em diferentes situações. Édison concordou. Carmen Smaniotto concordou com o exposto e entende que o critério dado a aluno que nunca frequentou deve realmente ser diferente. Encaminhamento: incluir o referido acréscimo acerca do registro de presença ou falta, conforme cada caso, com sugestão de proposta de Resolução do CONSUP a partir deste Parecer. Leila, de AL, reforçou que é preciso enfatizar que alguns conceitos, como falta e presenca, deixaram de existir, mesmo que momentaneamente, no período de atividades remotas. Pontuou, novamente, que o registro no sistema é meramente pró-forma, deixando claro que os professores estão respaldados pela legislação e pela Instituição. A seguir, passou-se ao ponto de pauta relativo às avaliações e aos exames. Édison leu a minuta de documento elaborado a partir da ata da última reunião do CAEN e enviado ao grupo via WhatsApp. Édison questionou se haveria alguma questão a ser incluída no texto. Nadia perguntou, considerando que as aulas vão até o dia vinte e



191 cinco, quando podem ser realizados os exames. Édison esclareceu que depende do 192 planejamento do Plano de Trabalho. Assim, Nadia sugeriu de incluir essa observação, visto que os SAPs já podem receber as solicitações de revisão. Marielli, de SAN, a 193 respeito do REA, perguntou como ficaria nessa situação atípica de ensino remoto. 194 195 Edison disse que fica aberta a possibilidade, pois não está sendo considerada a 196 frequência. Patrícia questionou sobre a alteração de disciplinas após a consolidação. 197 Faz-se necessária a alteração, no sistema, a partir de comunicação entre a 198 Coordenação de Curso e da CRA. Rejane, de JC, ficou em dúvida em relação à 199 redação da minuta: "As reprovações dos estudantes poderão ocorrer, exclusivamente, 200 devido à não realização das atividades; para fins unicamente de registro no sistema 201 aos estudantes que não realizaram as atividades previstas, serão atribuídas faltas". Édison explicou que isso será excluído, pois já existe regulamentação específica. 202 203 Cleonice, de JC, perguntou, se for realizado exame físico, como será o fluxo. Édison 204 expôs que já foi definido que a entrega fica a critério de cada campus, o que não pode ocorrer é que não será possível ir à residência do estudante e aplicar uma prova, 205 devido aos protocolos sanitários. Os documentos discutidos serão encaminhados ao 206 CAEN novamente antes do envio aos campi. Posteriormente, discutiu-se sobre a 207 recuperação paralela. Nadia questionou como fica a verificação do registro nos cursos 208 209 integrados. Sugeriu de formalizar encaminhamento Institucional. Édison tem dúvida sobre o procedimento, visto que tudo tem ocorrido de forma simultânea. Pediu que os 210 211 SAPs organizem proposta, se for o caso. Nadia entende que pode ser incluído um texto 212 sobre essa questão, nas diretrizes do ensino remoto. Cléia acredita que a recuperação paralela tem acontecido, mas de outra forma. Nadia acrescentou que, em termos de 213 214 ferramenta, os Fóruns das Turmas Virtuais têm contribuído para a realização das 215 recuperações de aprendizagem, enfatizando a importância de fazer o registro. Edison orientou que, ao reescreverem as orientações, mencionem esse novo formato de 216 217 realização e registro. Neila pediu que as diretrizes do ensino remoto sejam efetivamente utilizadas pelos docentes. Outra solicitação dos SAPs recai sobre a 218 questão dos Conselhos de Classe, para inserção no Calendário Acadêmico 2020/II. 219 220 Édison esclareceu que não há nada definido ainda, pois é competência do CONSUP. 221 Os SAPs enfatizaram que seria importante poderem se planejar, por isso pensaram em 222 sugerir uma proposta de datas para o segundo semestre. A respeito das diretrizes e 223 orientações específicas para o ensino remoto, o SAP sugeriu de incluir todos os novos 224 encaminhamentos em um único documento. Assim, elencaram os últimos pontos que 225 têm sido discutidos institucionalmente. Pensaram em compilar e registrar via regulamento do CONSUP. Édison concordou e, assim que finalizado o compilado, 226 encaminham ao CAEN e, posteriormente, ao CONSUP. Acerca do calendário do 227 228 segundo semestre, Édison reforçou que não há nada definido. Informou que o 229 CONSUP deliberou que, primeiramente, se encerraria o primeiro semestre de forma 230 remota, não teriam atividades presenciais até o dia trinta e um de dezembro, aprovou o calendário acadêmico do primeiro semestre, e o segundo semestre dependerá de 231 proposta do CAEN, a partir de discussões nos campi, para apresentação ao referido 232 233 Conselho. Edison questionou se os colegas seriam contrários à retomada do segundo 234 semestre a partir de outubro de 2020. Marielle, de SAN, expôs que a maioria dos colegas tem entendimento que o andamento das atividades se dará nesse formato. 235 236 visto que o trabalho das disciplinas em blocos tem sido positivo. Em linhas gerais, o 237 CAEN entende que os colegas dos *campi* precisam ser consultados previamente e, por 238 isso, não podem definir nesta reunião. Jéssica, Cléber, Bruno, Márcia, Patrícia e



239 Analice expuseram algumas dúvidas e situações que já têm sido levantadas nos campi, 240 a fim de justificar a necessidade de diálogo, previamente, com os demais coordenadores e professores. Analice enfatizou a necessidade de iniciar o 241 planejamento da retomada das atividades para o segundo semestre o quanto antes 242 243 para evitar sobrecarga de trabalho posteriormente, como já ocorreu. Silvia corroborou 244 com a fala de Analice. Como Édison precisa dar encaminhamento ao CIE, questionou 245 se é possível fazer consulta geral, via CIE, na próxima semana, pela retomada do 246 segundo semestre de forma remota para, assim, pensarem na proposta de calendário 247 acadêmico. Todos concordaram. Para adiantar o trabalho, sugeriu de iniciarem a 248 discussão da pauta nos campi. Caso se retomem as atividades no segundo semestre, 249 quais disciplinas serão e não serão ofertadas (verificar disciplinas práticas, avaliar viabilidade de adiantamento de disciplinas dos semestres posteriores, quantas 250 semanas serão necessárias para dar conta da carga horária). Em relação à semana de 251 252 ambientação. Analice acredita que não é necessária. É preciso focar nos Planos de Trabalho e nos cursos de graduação, talvez com registro de sábados letivos. Marielli 253 254 complementou que muitas ACCs já foram concluídas nas Semanas Acadêmicas. Édison reiterou que é preciso analisar os casos para verificar o número de semanas, 255 considerando as especificidades de cada grau. Cléber concordou em a primeira 256 257 semana (treze a dezesseis de outubro) ficar reservada para finalização do primeiro semestre e planejamento do segundo. Em relação ao número de semanas, Bruno 258 259 acredita de dezesseis sejam suficientes. Jéssica acredita que para os cursos superiores sejam suficientes, mas preocupa-se com os cursos integrados, que 260 261 precisariam de vinte semanas, mais uma para exames e conselhos de classe. Sobre a 262 dúvida de Jéssica, Édison explicou que o registro pró-forma da primeira semana não 263 pode contabilizar na carga horária das vintes semanas. Bruno exemplificou a caso das disciplinas mais longas na modalidade EaD que são organizadas em oito semanas. 264 265 Assim, se as disciplinas continuarem organizadas em blocos, poderiam ser divididas oito semanas para cada bloco. Sugeriu de incluir uma semana extra, totalizando 266 dezessete, apenas para a realização dos exames. Édison pensou em dezoito semanas 267 268 já prevendo tudo, contemplando avaliações, exames e conselhos de classe. Édison se preocupa com o planejamento, independente da data de início do segundo semestre. 269 Encaminhamento: pesquisa via CIE e diálogo com os coordenadores de cursos para 270 271 verificar a proposta de calendário com dezoito semanas (verificar disciplinas a serem 272 ofertadas, a critério dos colegiados, e respectivos professores). Sobre o PID, entende que é uma questão administrativa a ser definida pelo CODIR. Marielli questionou sobre 273 o rol de disciplinas para o segundo semestre. Édison esclareceu que será necessário o 274 envio, após definição do calendário 2020/II, considerando o prazo de quinze dias após 275 o retorno. Em linhas gerais, o CAEN entende que o retorno dia treze de outubro é o 276 277 mais viável, mas ficam no aquardo dos encaminhamentos do CIE. Edison disse que, 278 após reunião do CIE, dia vinte e oito, a PROEN enviará Memorando aos campi com os referidos encaminhamentos. Neila falou sobre os estágios dos cursos de Licenciatura. 279 visto que as demais redes de ensino finalizarão o calendário letivo anteriormente. 280 281 Dessa forma, entende que é preciso realizar reunião com coordenadores dos cursos iunto do CAEN e dos SAPs para encaminhamentos. Por fim, passou-se para os últimos 282 informes. Cléia divulgou que., neste dia haverá o lancamento do Observatório do 283 284 Ensino Médio, conforme enviado por e-mail. O Observatório será um espaço de 285 pesquisa, debates, eventos e formações sobre o EM. A respeito do Encontro da EJA/EPT, ocorrerá de forma remota, de primeiro a quatro de outubro. Dessa forma, 286



pediu ampla divulgação nos campi. Pediu parceria para a Interpretação em Libras das atividades do evento. Dia vinte e um de setembro, ocorrerá uma live para a organização do evento, junto do Conif e FDE. Posteriormente, Hermes apresentou a pauta referente à Assistência Estudantil. Expôs a resistência de algumas CAEs sobre a operacionalização de mais uma ação proposta pelo MEC, através da RNP, para disponibilizar internet aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita de até 0.5 salário mínimo. O CODIR definiu pela participação da Instituição no Programa Alunos Conectados, os documentos, incluindo os pareceres favoráveis da PROAD e PROJUR, já estão sendo encaminhados à RNP. Contudo, ficará a critério de cada unidade definir pela operacionalização. Amanhã, será realizada a reunião com DGs e CAEs para tratar da pauta mais especificamente. Sobre o edital de vagas de reingresso, será tratado na próxima reunião. Também será tratada pauta das Bibliotecas - aquisição de biblioteca digital. Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada às doze horas e trinta minutos, e eu. Fernanda Lopes Silva Ziegler, Secretária Executiva da PROEN, lavrei a presente ata que será encaminhada a todos os presentes e publicada no Portal Institucional.

MEMBROS CAEN - LISTA DE PRESENÇA

287

288

289

290 291

292

293 294

295

296

297

298

299

300

301

302

PROEN	Édison Gonzague Brito da Silva	
PROEN	Janete Maria De Conto	
PROEN	Neila Pedrotti Drabach	
PROEN	Hermes Gilber Uberti	
PROEN	Daniela Dressler Dambros	
AL	Patricia Donicht	
AL	Elisandra Gomes Squizani	
FW	Bruno Batista Boniati	
FW	Márcia Rejane Kristiuk Zancan	
JA	Astor João Schonell Júnior	

JA	Marielle Medeiros	
JC	Silvia Regina Montagner	
JC	Cleonice Graciano dos Santos	
РВ	Cléber Rubert	
РВ	Carlos Lehn	
SA	Marcia Schneider	
SA	Beatris Gattermann	
SAN	Mariéli Machado	
SAN	Jéssica Lucion	
SR	Analice Marchezan	
SR	Raquel Canova	
SB	Caroline Lacerda	
SB	Daniel Silva	
SVS	João Flávio Carvalho	
SVS	Eliana Zen	
UR	Gustavo Griebler	